

Sarney decide hoje

ARQUIVO

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, segunda-feira, 19 de junho de 1989 5

futuro da política salarial

O presidente Sarney reúne-se hoje no Palácio da Alvorada, com os ministros da área econômica e os líderes do Governo no Congresso para decidir sobre os vetos à política salarial e ao salário mínimo. Se o Presidente acatar a orientação dos técnicos da área econômica, os dois projetos serão vetados, mas a essência da política salarial aprovada no Congresso será mantida, através de medida provisória, com reajustes diferenciados por faixa salarial e o gatilho de cinco por cento.

O veto ao salário mínimo não vai alterar seu valor nominal para os trabalhadores da ativa, mas prejudicará os aposentados, pois a pretensão do Governo é desdobrar os NCz\$ 120,00 em duas parcelas: NCz\$ 90,00 como salário e NCz\$ 30,00 como abono. Os aposentados e pensionistas não terão direito a esse abono, recebendo em junho um reajuste de apenas NCz\$ 8,60. Com relação à política salarial, a proposta dos técnicos inclui vetos a quatro artigos do projeto aprovado no Congresso, mas mantém o reajuste mensal para quem ganha até três mínimos e trimestral para as faixas entre três e 20 mínimos, com livre negociação para as demais faixas. Os vetos atingem os artigos quarto, quinto, sétimo e oitavo do projeto, corrigindo distorções técnicas identificadas na proposta do Congresso. Por exemplo: é preciso especificar a data a

partir de quando as antecipações salariais podem ser descontadas, que será 15 de janeiro. Ou o impedimento que trabalhadores com data-base a partir de fevereiro recebam em dobro a reposição da inflação pós-Plano Cruzado Novo.

TRAMITAÇÃO

O Congresso terá 30 dias para apreciar a medida provisória que o presidente Sarney enviará sobre a política salarial, a partir de sua publicação. A medida provisória, com a resolução dos parlamentares sobre o regimento, pode agora ser emendada e modificada através de um substitutivo.

Quando o Congresso recebe medida provisória, forma uma comissão para apreciá-la, elaborar um substitutivo e posteriormente votar a matéria em plenário. O veto do presidente Sarney ao salário mínimo de NCz\$ 120,00 à política salarial aprovado pelo Congresso também será votado pelos parlamentares. O prazo é de 30 dias a partir da mensagem do Executivo sobre o veto enviado ao Congresso.

Para derrubar o veto do Presidente, os parlamentares precisam reunir quorum de maioria absoluta (50 por cento mais um) na Câmara e no Senado, em votação secreta. São necessários os votos de 248 deputados e 37 senadores em plenário.

Meneguelli promete nova greve

São Paulo — Caso o Governo vete a política salarial e decida não indexar os salários hoje, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, vai tirar o carro de som da central da garagem e começar a mobilizar os trabalhadores "O País tem que parar", avisa ele, "não tem outra saída". Com o capital todo indexado e os salários soltos as perdas dos trabalhadores serão enormes.

Meneguelli pretende convocar reunião da Diretoria Executiva da CUT assim que o Governo vetar a política e não adotar outra, que possa ser melhor. Essa atitude, que depende das lideranças sindicais, é

uma das respostas que os trabalhadores podem dar, confirma o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese), Walter Barelli. "Essa situação não dá para aceitar", observa Barelli. "Enquanto o BTN diário corrige o preço de amanhã, hoje, os salários deste mês são corrigidos pela inflação do mês anterior e recebidos no mês seguinte".

Para Barelli, há um paralelo na história brasileira que poderia ser lembrado neste momento, e que resultou na Inconfidência Mineira, disse ele, temendo novos e amplos conflitos entre o capital e o trabalho. O diretor do Dieese afirma que os valores foram invertidos no Brasil.

Presidente desiste de deter inflação sozinho

O presidente José Sarney não tem mais esperanças de entregar o País com uma inflação baixa, e só executará medidas de alteração profunda na economia, até o fim de seu Governo, se estas surgirem como uma alternativa amplamente respaldada pelo Congresso Nacional. Essa disposição foi anunciada ontem pelo líder do Governo na Câmara, deputado Luis Roberto Ponte (PMDB/RS). Decidido a não tomar a iniciativa de propor novos planos de ajuste econômico, o presidente Sarney, segundo Ponte, não hesitaria em acatar propostas como a do deputado Cesar Maia (PDT/RJ), de fundir os ministérios do Planejamento, Fazenda e do Desenvolvimento Industrial em uma só pasta, criando o Ministério da Economia.

Se o Presidente entender que esta será a solução, e que ela terá o respaldo político de todos os partidos no Congresso Nacional, não tenho dúvidas que a executaria tomando todas as medidas necessárias, por mais desgastantes que sejam", disse o líder do Governo.

ENTENDIMENTO

O sentimento do presidente Sarney, neste momento, é de que, sem o respaldo político não há nenhuma esperança de fazer mais nada para debelar a inflação. A única chance seria partir para um entendimento político entre todos os partidos, de forma a não deixar que determinada legenda tirasse proveito de uma possível solução nas próximas eleições. O líder Luis Roberto Ponte informa que já conversou com o deputado César Maia sobre sua proposta de substituir os três ministérios econômicos para a criação do Ministério da Economia, mas não teve ainda oportunidade de discuti-la com o presidente José Sarney.

Ele observa que, se surgissem nomes que conseguissem gerar na opinião pública uma expectativa de reversão do quadro inflacionário, o

Presidente não se negaria a colocá-los no lugar dos ministros Mailson da Nóbrega, da Fazenda, ou de João Batista de Abreu, do Planejamento, que realmente colocariam seus cargos à disposição. "Os ministros Mailson e João Batista de Abreu não conseguiram gerar esta expectativa de reversão, apesar dos esforços, mas não enxergo substitutos ideais para um governo desgastado e em fim de carreira", observa o deputado Luis Roberto Ponte.

ÔNUS

O economista e deputado César Maia (PDT/RJ) disse ontem que cabe ao Governo assumir sozinho o ônus de uma política emergencial antiinflacionária porque, segundo ele, não há tempo de promover costuras políticas no Congresso Nacional. Maia afirmou que o afastamento do Governo dos ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, será o primeiro passo para a unificação da área econômica que, na sua opinião, deverá preceder a decretação de um novo elenco de medidas antiinflacionárias.

O parlamentar disse que ficou surpreso com as declarações de Mailson, em Caracas, sobre a possibilidade de vir deixar o Governo junto com seu colega do Planejamento. Maia disse, entretanto, que essa hipótese já vinha sendo discutida no âmbito do Governo e que ele próprio chegou a conversar sobre o assunto com Abreu e com o líder do Governo na Câmara, deputado Luis Roberto Ponte (PMDB/RS).

Maia apenas discorda da justificativa de Mailson. Para ele a saída dos dois não vai contribuir de forma alguma para facilitar qualquer acordo político com o Congresso Nacional, ainda mais num ano eleitoral quando dificilmente as lideranças e partidos políticos estarão dispostos a assumir qualquer ônus na área econômica.